ATA NÚMERO VINTE E QUATRO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2025

Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e cinco, nesta freguesia de Casal Vasco, no edifício da antiga Escola Primária e na sala para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: Alexandre Filipe Fernandes Lote, que presidiu, Bruno Henrique Figueiredo Costa, Maria Luísa Dias Gomes, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado e João Manuel Pina Gomes, Vereadores. ----------
Secretariou a reunião Célia Maria Candeias Ferreira, Técnica Superior. ----------
Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas dez horas. ----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

O Senhor Presidente tomou a palavra, cumprimentando todos os presentes e manifestou o seu agradecimento à Junta de Freguesia de Casal Vasco pela disponibilização do espaço e pelas excelentes condições proporcionadas para a realização da presente reunião. ----------
O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção, informando que teve início o Projeto "Diabetes em Movimento", iniciativa direcionada para a promoção da saúde e bem-estar da população sénior. Referiu igualmente que se realizou uma reunião com a Senhora Juíza Presidente da Comarca da Guarda, Dra. Olga Maria Domingues Pires Ribeiro Maciel, com a Magistrada Coordenadora do Ministério Público, Dra. Ana Cristina Costa Gomes, e com o Administrador Judiciário, Dr. Rui Jorge Couto dos Santos, na qual foi solicitado ao Município de Fornos de Algodres a celebração de um protocolo com vista a apoiar a realização de pequenas obras de manutenção no Tribunal de Fornos de Algodres. Relativamente a este assunto, sublinhou que ficou claro, na referida reunião, que o número de processos existentes no Tribunal se encontra acima da média do que é habitual em Juízos de Proximidade, tendo sido acordado com a Senhora Juíza Presidente o envio dos respetivos dados, de modo a poder ser solicitada, a quem de direito, a eventual revisão da sua classificação, permitindo que volte a assumir o papel preponderante que detinha anteriormente. Informou ainda que foi recebida a decisão do Fundo de Emergência relativa à candidatura apresentada na sequência dos incêndios ocorridos em Queiriz, em agosto de 2025. Deu nota de que realizou várias reuniões com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia do concelho; esteve presente na primeira reunião de preparação do torneio "Fornos de Algodres Youth Cup 2026"; marcou presença na comemoração do Dia Internacional do Voluntariado; participou no XX Passeio Micológico realizado em Algodres; integrou as comemorações do 77.º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres; esteve presente na apresentação da candidatura do conterrâneo Leandro Abade à Presidência da Federação Distrital da Juventude Socialista da Guarda; deu conhecimento de que foram iniciadas

as conversações para a revisão do Plano de Ajustamento Municipal; e participou na reunião do Conselho Diretivo da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, onde foram tomadas as seguintes decisões e prestadas as seguintes informações: ----------

- Indicação e aprovação do nome do Dr. António Miraldes, como Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da estrela, com posterior submissão à Assembleia Municipal; ----------

- Discussão sobre a prorrogação do prazo de execução do levantamento cadastral, admitindo-se a sua extensão até junho de 2027, condicionada à confirmação do respetivo financiamento; ----------

- Ponto de situação dos projetos habitacionais em parceria com o IHRU, constatando-se que a situação permanece incerta devido a atrasos, ausência de respostas e dúvidas quanto ao financiamento futuro. Foi proposta a marcação urgente de uma reunião com o Presidente do IHRU, recomendando-se a devida preparação técnica da mesma, de modo a garantir o cumprimento dos compromissos previamente assumidos, tanto ao nível do Programa "1.º Direito" como das Habitações a Custos Acessíveis. Relativamente ao Município de Fornos de Algodres, o Senhor Presidente referiu que já se avançou com alguns projetos, assumindo-se riscos significativos, designadamente com o "Projeto da Marquês de Tomar" e as "Residências da Estrada Nacional 16", cujos valores ultrapassam um milhão de euros, não podendo ser concretizados sem a garantia do respetivo financiamento por parte do IHRU. ----------

- Levantamento do efeito suspensivo no concurso internacional de transportes rodoviários, com a possibilidade de se avançar para a assinatura do contrato com a empresa vencedora. Contudo, o operador classificado em segundo lugar apresentou uma providência cautelar, alegando que a empresa vencedora, "Viúva Monteiro", apresentou uma tabela de preços significativamente inferior à dos restantes concorrentes. Neste contexto, o Senhor Presidente informou ainda que a Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela procederá à adjudicação do serviço à referida empresa "Viúva Monteiro", nos termos do que se encontra contratualizado; todavia, manifestou sérias reservas quanto à capacidade desta em assegurar a execução da operação, tendo em conta os preços apresentados. ----------

- Aprovação de candidatura para a aquisição de 31 autocarros (16 elétricos e 15 a hidrogénio), subsistindo, contudo, dúvidas quanto ao interesse manifestado por todos os municípios e quanto à operacionalização dos veículos a hidrogénio, uma vez que apenas os Municípios da Guarda e de Seia se encontram preparados para proceder ao respetivo abastecimento. Neste sentido, o Senhor Presidente sublinhou que iria consultar o Fundo Ambiental, com vista à eventual elaboração de uma reprogramação física e financeira da referida candidatura, ajustando o tipo de veículos às necessidades dos municípios, sendo que, no caso concreto do Município de Fornos de Algodres, se pretende apenas a aquisição de um autocarro elétrico, cujo custo rondará os cento e cinquenta mil euros. ----------

- Assinatura de protocolo com o Fundo Ambiental para a recolha seletiva de biorresíduos, considerando-se, no entanto, que as verbas disponibilizadas são insuficientes para fazer face aos custos reais suportados pelos municípios. Relativamente ao caso concreto do Município de Fornos de Algodres, o Senhor Presidente referiu que está previsto um montante de treze mil euros, valor que considerou manifestamente insuficiente, acabando por

beneficiar quem não tem desenvolvido um trabalho adequado nesta área. Nesse sentido, sublinhou a necessidade de procurar outras fontes de financiamento, de modo a evitar que o sistema se torne excessivamente deficitário. -
- Análise detalhada dos valores em dívida por parte dos municípios à Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, tendo sido salientada a necessidade de encontrar uma solução que permita evitar a perda de acesso a fundos, em resultado de eventuais incumprimentos. Ainda relativamente a este assunto, o Senhor Presidente sublinhou que o Município de Fornos de Algodres não possui qualquer tipo de dívida para com a Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela. ----------
- Discussão sobre a operacionalização e utilização de maquinaria no âmbito da proteção civil e dos incêndios florestais, tendo a Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela apresentado, no ano anterior, uma candidatura para a aquisição de uma máquina, na qual os restantes municípios não manifestaram interesse, por a considerarem demasiado pesada e com elevados consumos de combustível. Neste contexto, o Senhor Presidente manifestou interesse na sua utilização no concelho de Fornos de Algodres. Entretanto, o Senhor Presidente do Município da Covilhã, Dr. Hélio Fazendeiro, demonstrou igualmente interesse na referida máquina, encontrando-se a ser analisada a possibilidade de partilha da sua utilização entre o Município de Fornos de Algodres e o Município da Covilhã. ----------
O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção, informando que o Município de Fornos de Algodres havia recebido alguns resultados no âmbito de ações executivas relativas a processos movidos contra a empresa "Águas de Portugal", tendo referido que iria realizar uma reunião, na Câmara Municipal da Guarda, com o advogado mandatado em algumas dessas ações, designadamente o Dr. Pimentel. Acrescentou que já se verificou uma decisão judicial favorável, pelo que será necessário decidir quais as futuras diligências a adotar, atendendo a que está em causa um montante bastante considerável. Informou ainda que marcou presença em várias festividades de Natal realizadas nas freguesias do concelho de Fornos de Algodres, bem como que se deslocou a Sintra para proceder à assinatura do Acordo de Transferência de Património, nomeadamente do antigo apartamento da DRAP, na presença do Senhor Secretário de Estado das Finanças, do Senhor Ministro das Infraestruturas e do Senhor Presidente da ESTAMO, prevendo-se um investimento de cerca de cem mil euros para a reabilitação do referido imóvel, com vista à sua adaptação a casa de função, destinada a professores que, eventualmente, necessitem de alojamento. Deu igualmente nota de que teve uma reunião com o Presidente da Fundação INATEL e com a Senhora Secretária de Estado da Ação Social, com o objetivo de discutir o protocolo existente, o qual terminará em maio de 2026, tendo referido que a Fundação INATEL deverá passar a pagar um determinado montante ao Município de Fornos de Algodres, uma vez que não se justifica a continuação da utilização do referido imóvel sem qualquer tipo de rentabilidade, não sendo de excluir, inclusivamente, a eventual alienação do mesmo. Para terminar, o Senhor Presidente referiu que marcou presença em várias atividades do Projeto de Envelhecimento Ativo "Fornos Vida", procedeu à entrega de diversos equipamentos de proteção individual à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres e esteve presente no Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses, no qual o tema da coesão territorial voltou a assumir especial relevância, assim como a necessidade de revisão da Lei das Finanças Locais, sob pena de se continuar

a canalizar verbas para municípios com menores necessidades, em detrimento daqueles que enfrentam maiores dificuldades. Informou ainda que participou numa reunião da ADRUSE, na qual se verificou um número muito elevado de candidaturas face à verba disponível, bem como que esteve presente na reunião do Geopark Estrela. O Senhor Vereador Bruno Costa usou da palavra, cumprimentando todos os presentes, e começou por reiterar a recomendação efetuada na reunião anterior, no sentido de os munícipes se dirigirem ao serviço do BUPI para procederem ao registo das suas propriedades, o qual será gratuito até ao final de 2025, não se sabendo ainda se o mesmo se manterá em 2026. Referiu, contudo, que já é do conhecimento que, no próximo ano, haverá a prorrogação da estrutura de missão, ou seja, a equipa sediada em Lisboa responsável pela gestão do cadastro terá mais um ano de trabalho, esperando-se que tal prorrogação se verifique igualmente ao nível das equipas dos municípios da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela. Ainda relativamente a esta temática, informou que, à data, o projeto apresenta uma taxa de execução de 72%, com três mil seiscentos e sessenta e seis registos já efetuados, tendo dirigido, neste contexto, uma palavra de apreço aos técnicos afetos ao projeto pelo excelente trabalho desenvolvido. Acrescentou que o Município de Fornos de Algodres elaborou uma candidatura no âmbito da Sociedade Ponto Verde, sendo que, como forma de incentivo ao registo dos terrenos, os munícipes que se dirigirem à Loja do BUPI até ao dia 15 de janeiro de 2026 terão direito a um kit de reciclagem. Informou ainda que, igualmente na Loja do BUPI e no âmbito do Projeto E-Lar, se encontram disponíveis técnicos especializados para apoiar os munícipes na elaboração de candidaturas destinadas à substituição de equipamentos domésticos a gás por equipamentos elétricos. Referiu também que, na reunião de Câmara anterior, havia abordado a questão da instalação do LED no Jardim Municipal, tendo, nesse âmbito, dado nota do ponto de situação da candidatura dos Bairros Comerciais Digitais, a qual apresenta uma taxa de execução de 65% e foi prorrogada até junho de 2026, tendo sido solicitada ao Município a respetiva reprogramação, já efetuada e enviada, encontrando-se a aguardar aprovação. Informou ainda que, no dia 25 de novembro, foi recebida a decisão da CCDR Centro relativamente à candidatura apresentada no âmbito dos incêndios ocorridos em agosto de 2025, prevendo-se uma verba global de um milhão e oitocentos mil euros, com um financiamento de 85%, o que corresponde a cerca de um milhão e quinhentos mil euros a inscrever no orçamento municipal de 2026, de acordo com as diversas tipologias de intervenção. Neste contexto, acrescentou que já reuniu com a Secção de Obras do Município de Fornos de Algodres, com vista à elaboração do projeto em janeiro de 2026, sendo que as intervenções no terreno deverão ser céleres e concluídas até ao final de 2026, ao abrigo de um regime especial de contratação pública. Para terminar, o Senhor Vereador Bruno Costa manifestou o seu especial agradecimento à Senhora Eng.ª Inês Madeira pela elaboração da candidatura, a qual contou com o apoio do Eng.º Paulo Santos. ----------

Face ao explanado pelo Senhor Vereador Bruno Costa, o Senhor Presidente referiu que não poderá ser considerado garantido um financiamento de 85%, uma vez que ainda se encontra prevista uma reunião com o Senhor Ministro da Coesão Territorial, Dr. Castro Almeida, com o objetivo de se compreender a razão pela qual o Fundo de Emergência relativo aos incêndios não é financiado a 100%, à semelhança do que ocorreu em programas anteriores. ----------

O Senhor Presidente informou também que, relativamente à tolerância de ponto na quadra natalícia, iria propor os dias 24, 26 e 31 de dezembro, manifestando-se recetivo a outras propostas. Sobre esta matéria, o Senhor Vereador João Gomes sugeriu que a opção de 50% dos trabalhadores usufruírem do dia 26 de dezembro de 2025 e os restantes 50% do dia 2 de janeiro de 2026 seria mais equilibrada, de modo a assegurar o funcionamento dos serviços de atendimento ao público. Contudo, o Senhor Presidente referiu que, atendendo à experiência de anos anteriores, sempre que se opta pela solução dos 50%, os serviços acabam por ficar sem capacidade de resposta adequada. ----------

Ainda relativamente a este assunto, o Chefe de Divisão Técnica Municipal, Eng.º Paulo Santos, usou da palavra, referindo que a opção da divisão dos serviços em 50%, na época natalícia, em que muitos funcionários se encontram de férias, é efetivamente muito difícil de operacionalizar, embora considere que, em termos teóricos, seria a solução mais equilibrada. O Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Américo Domingues, e a Senhora Vereadora Luísa Gomes manifestaram concordância com esta posição. Após as breves considerações efetuadas, ficou determinado pelo Senhor Presidente que seria concedida tolerância de ponto nos dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2025. ----------

A Senhora Vereadora Luísa Gomes usou da palavra, cumprimentando todos os presentes, e começou por informar que, à semelhança do Senhor Presidente, havia marcado presença em várias iniciativas, nomeadamente no início do Programa "Diabetes em Ação", que teve lugar no dia 3 de dezembro; no dia 5 de dezembro participou na comemoração do Dia Internacional do Voluntariado; e no dia 6 de dezembro marcou presença no Passeio Micológico realizado na freguesia de Algodres. Informou ainda que o Encontro dos Dirigentes das IPSS, inicialmente previsto para o dia 10 de dezembro de 2025, foi reagendado para o dia 15 de janeiro de 2026, por motivos de força maior. Acrescentou que, no dia 12 de dezembro, esteve presente no Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres para assistir à cerimónia de hastear da Bandeira Verde 2025, tendo igualmente participado, nesse mesmo dia, na festa de Natal da Escola Básica de Figueiró da Granja. Comunicou também que marcou presença em várias festividades de Natal promovidas pelas Juntas de Freguesia do concelho de Fornos de Algodres e que, no dia 15 de dezembro, participou na festa de Natal dos idosos do Programa Fornos Vida, juntamente com as crianças do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo, que teve lugar no Mercado Municipal, onde foi apresentado um espetáculo de circo. Informou ainda que, no dia 16 de dezembro, marcou presença na festa de Natal da Escola Básica de Fornos de Algodres. Para terminar, a Senhora Vereadora Luísa Gomes endereçou um convite a todos os presentes para participarem, no dia 20 de dezembro, no Mercadinho de Natal, que terá lugar no Jardim 28 de maio, ao longo de todo o dia, com animação itinerante, atuação do grupo de cantares "Mondego Voces", pelas 15 horas, e posterior chegada do Pai Natal, que distribuirá lembranças a todas as crianças. ---------

O Senhor Presidente usou da palavra, informando que a sessão ordinária da Assembleia Municipal se realizará no dia 30 de dezembro de 2025 e que, no dia 12 de janeiro de 2026, terá lugar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, destinada à eleição dos órgãos da CCDRC, prevendo-se ainda, à partida, a submissão à aprovação do Orçamento Municipal para 2026. Acrescentou que o referido Orçamento será previamente

submetido a aprovação na próxima reunião de Câmara, a realizar nos Paços do Concelho, no dia 7 de janeiro de 2026. ----------

O Senhor Vereador Rui Furtado usou da palavra, cumprimentando todos os presentes, e, uma vez que a reunião se realizava na freguesia de Casal Vasco, começou por questionar se estaria efetivamente prevista, por parte do Executivo, a recuperação da variante Casal Vasco/Ramirão, bem como do caminho de acesso ao cemitério, referindo ainda que o parque infantil, situado no centro da aldeia, carece de uma intervenção urgente, de modo a salvaguardar a segurança das crianças. Prosseguindo a sua intervenção, informou que teve conhecimento da preocupação manifestada por uma família residente na Travessa da Lage, no Comborço, freguesia de Algodres, uma vez que, em situações de chuva intensa, a habitação, localizada a jusante do fundo da rua, fica com grande acumulação de lama à entrada, devendo ser considerada, com urgência, uma intervenção que permita o correto encaminhamento das águas pluviais. Relativamente à Festa de Natal das crianças, realizada no dia anterior, sublinhou que várias crianças não se fizeram acompanhar dos seus pais por estes se encontrarem a trabalhar, pelo que considerou que o horário da iniciativa deverá ser repensado. No que respeita à situação da Fundação INATEL, destacou que deverá ser acautelada e salvaguardada a manutenção do referido espaço, alertando que, caso se venha a verificar um abandono efetivo por parte da Fundação, toda a responsabilidade recairá sobre o Município de Fornos de Algodres, o que poderá revelar-se bastante difícil de gerir. Acrescentou ainda que o país atravessa um período em que existem vários investidores interessados em equipamentos com características semelhantes, pelo que o imóvel poderá suscitar interesse e eventualmente vir a ser alienado, atendendo a que, segundo referiu, se encontra à venda há já algum tempo, tendo o Senhor Presidente esclarecido que o equipamento não se encontra à venda. ----------

O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra, cumprimentando todos os presentes, em especial a população de Casal Vasco, e, no seguimento de reuniões de Câmara anteriores, começou por fazer alusão ao protocolo celebrado com a AJAP, questionando se, no caso de um agricultor do concelho de Fornos de Algodres se propor desenvolver um projeto agrícola, o mesmo implicará algum encargo ou se será realizado a custo zero, uma vez que tal não se encontra devidamente esclarecido nas cláusulas do referido protocolo. Prosseguindo a sua intervenção, referiu ter sido contactado por alguns munícipes que consideram pertinente a existência de um serviço específico no Município de Fornos de Algodres que faça a ligação à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, nomeadamente à plataforma SILIAMB, onde são submetidos e fundamentados os pedidos de licenciamento relativos à limpeza de ribeiras, cursos de água e leitos, bem como os pedidos de licenciamento referentes a furos e poços. Informou ainda que seria igualmente relevante prestar apoio aos munícipes no âmbito do Fundo Ambiental, reconhecendo que parte desse trabalho já é desenvolvido na Loja do BUPI, mas sublinhando a necessidade de uma divulgação clara do local e do serviço disponível, de modo que todos os interessados saibam onde se poderão dirigir para a elaboração das respetivas candidaturas. Deu também nota de que tem vindo a observar a existência de resíduos no concelho, designadamente placas metálicas identificativas de caminhos agrícolas, que se encontram obsoletas desde 2008, considerando que as mesmas deveriam ser retiradas. Para terminar, fez referência à comunidade inglesa atualmente residente no concelho de Fornos de Algodres,

destacando o papel relevante que desempenha no território, nomeadamente na gestão e tratamento de centenas de hectares, recorrendo muitas vezes a práticas agrícolas de cariz mais holístico e biológico, defendendo, por isso, a vantagem de um acompanhamento próximo e direto dessa comunidade. Nesse contexto, sugeriu a eventual marcação de uma reunião com alguns dos seus representantes, com vista a ultrapassar dificuldades decorrentes de procedimentos administrativos excessivamente burocráticos, que têm condicionado a concretização de alguns projetos, bem como a valorização e aprendizagem do seu "know-how", que considerou de elevado interesse. Por fim, face ao explanado pelo Senhor Presidente relativamente à empresa "Viúva Monteiro", o Senhor Vereador João Gomes questionou qual será, concretamente, o tipo de serviço que irá ser prestado ao Município de Fornos de Algodres. ----------

O Senhor Presidente usou da palavra e, no seguimento do explanado pelo Senhor Vereador Rui Furtado, começou por referir que é, de facto, necessária uma intervenção célere na variante entre Casal Vasco e Ramirão, situação já reportada pelo Senhor Presidente da Junta, bem como no caminho de acesso ao cemitério, sublinhando ainda que, relativamente ao parque infantil, a Junta de Freguesia de Casal Vasco dispõe de um projeto para o referido espaço, cuja execução está prevista para o próximo ano. No que concerne à situação do Comborço, na freguesia de Algodres, referiu que não se trata de uma intervenção simples, uma vez que poderá implicar a construção de uma lomba na via, de modo a impedir o encaminhamento das águas para a habitação em causa, devendo a Junta de Freguesia de Algodres estudar a situação com vista à sua resolução. Relativamente à Festa de Natal das crianças, manifestou o seu agrado pela realização da mesma no Mercado Municipal, o que permite a presença dos pais, esclarecendo que o respetivo horário é definido pelo Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres e não pela Câmara Municipal, acrescentando que a Senhora Vereadora Luísa Gomes poderá transmitir a opinião do Senhor Vereador Rui Furtado à referida entidade. Quanto à Fundação INATEL, sublinhou que o empreendimento nunca esteve efetivamente à venda, tendo sido adotada, em momento anterior ao ano de 2013, uma estratégia no âmbito do PAEL – Plano de Apoio à Economia Local, relacionada com a eventual alienação do equipamento, com o objetivo de fazer face à dívida existente, situação que veio a originar que o Tribunal de Contas passe, de forma recorrente, a exigir a sua concretização. No que respeita às considerações do Senhor Vereador João Gomes relativamente ao protocolo de parceria com a AJAP, esclareceu que todos os serviços anteriormente prestados aos agricultores do concelho de Fornos de Algodres e que eram pagos continuarão a sê-lo, sendo gratuitos os novos serviços, designadamente o Programa de Apoio aos Ovinicultores, o Programa de Apoio aos Apicultores, o apoio às Jornadas Técnicas da Feira do Queijo Serra da Estrela e a eventual organização de visitas técnicas para contacto com novas práticas agrícolas. Informou ainda que, no que se refere à plataforma SILIAMB, os munícipes deverão dirigir-se à Loja do BUPI para a realização das respetivas candidaturas, tal como sucede com o acompanhamento no âmbito do Programa E-Lar, tendo igualmente manifestado concordância quanto à necessidade de remoção das placas metálicas identificativas de caminhos agrícolas obsoletas. Relativamente à comunidade inglesa residente no concelho, sublinhou que o Município de Fornos de Algodres tem mantido uma política de proximidade, conhecendo praticamente todos os seus membros e concordando com a realização de uma reunião, com vista a identificar as principais dificuldades e perspetivas relativamente ao território. Por fim, no

que concerne aos transportes assegurados pela empresa "Viúva Monteiro", esclareceu que, atualmente, existem quatro autocarros a efetuar o transporte de crianças no concelho, sendo dois da empresa "Berrelhas" e dois da empresa "União de Satão", carreiras essas associadas ao transporte escolar para garantir a sua sustentabilidade através do valor dos passes, acrescentando que o custo diário das mesmas ronda os duzentos e setenta euros, valor considerado excessivo, razão pela qual a Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, à semelhança de outras comunidades, promoveu concursos internacionais para regulação dos preços de mercado, passando as referidas carreiras a ser asseguradas pela empresa "Viúva Monteiro", cuja proposta apresentada foi inferior a cento e setenta euros diários. ----------

O Senhor Vereador Bruno Costa usou da palavra e, relativamente à questão da limpeza das ribeiras, bem como à dos furos e poços, referiu que quem pretenda efetuar a limpeza do seu terreno junto a uma linha de água não tem, em nenhuma circunstância, de comunicar tal facto à APA, nem de o registar na plataforma SILIAMB, uma vez que, anualmente, é publicado um edital, enviado aos Municípios e às Juntas de Freguesia, onde é indicado o prazo legal para a execução dessas limpezas, não sendo necessário requerer qualquer tipo de licença. Relativamente à questão dos amieiros, informou que não é permitido o seu corte, sendo apenas autorizada a respetiva poda, devendo, para o efeito, ser enviado um e-mail à Câmara Municipal a dar conhecimento da situação. No que concerne à questão dos furos e poços, esclareceu que a APA exige que os mesmos se encontrem devidamente licenciados, manifestando disponibilidade para apoiar os munícipes e estabelecer o contacto com a Agência Portuguesa do Ambiente, sempre que necessário, para dar seguimento aos respetivos processos. Por fim, no que respeita a outros tipos de licenças no âmbito da plataforma SILIAMB, referiu que, sempre que tal se revele necessário, os munícipes poderão recorrer ao Espaço Energia, onde uma técnica qualificada poderá prestar apoio na realização dos registos na referida plataforma, bem como na leitura da fatura da energia ou no encaminhamento de projetos para a instalação de painéis solares. ----------

O Senhor Vereador João Gomes usou da palavra e, relativamente ao protocolo de parceria com a AJAP, referiu que, na sua opinião, o mesmo é pífio, por não acrescentar nada de novo aos agricultores do concelho, considerando, por isso, que deverá ser revisto e alterado, no sentido de poder contemplar a gratuitidade ou a redução de preços nos serviços prestados aos agricultores do concelho de Fornos de Algodres, nomeadamente na elaboração de projetos de investimento agrícola. Relativamente à plataforma SILIAMB, sublinhou que o Município de Fornos de Algodres deveria dispor de uma estrutura qualificada afeta a esse serviço, de modo que o munícipe saiba concretamente onde se dirigir, acrescentando ainda que seria importante que os Senhores Presidentes de Junta transmitissem à população que se trata de um processo simples e de fácil resolução. --------

Relativamente ao protocolo de parceria com a AJAP, o Senhor Presidente referiu que terá todo o gosto em proceder à avaliação de execução do mesmo, juntamente com o Senhor Vereador João Gomes. ----------

O Senhor Vereador Bruno Costa sublinhou que, relativamente a problemas ambientais, ou relacionados com a energia, os munícipes poderão dirigir-se ao Espaço Energia, situado na Loja do BUPI, que já existe desde janeiro de 2025. ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA ----------

1-PROPOSTA DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025, PARA APROVAÇÃO. -----

O Senhor Presidente, após leitura da ata, propôs a sua aprovação. ----------

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. ----------

2-PEDIDO DE DESTAQUE DE PARCELA, SITA EM FIGUEIRÓ DA GRANJA – REGISTO INTERNO N.º E/5653/2025. ----------

Refere-se o presente processo a um pedido de destaque requerido por Ana Maria Morgado Pedro Nunes, ao abrigo do nº 4, do artigo 6º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação. ----------
O prédio enquadra-se, na maioria da sua área, em espaço residencial, no Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres. ----------
Pretende a requerente, destacar do prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Fornos de Algodres sob o nº 68/19870319, e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 809, sito em São Silvestre, freguesia de Figueiró da Granja, concelho de Fornos de Algodres, com uma área total de 9.942,57m2, a área de 1.695,00m2, ficando a parcela restante com 8.247,57m2. As confrontações da parcela a destacar serão as descritas na memória descritiva e justificativa do presente pedido. ----------
A parcela a destacar enquadra-se de acordo com o Plano Municipal de Fornos de Algodres, maioritariamente, em espaço urbano (1.119,00m2) e ambas as parcelas confrontam com arruamentos públicos, conforme o disposto no nº 4, do artigo 6º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação. ----------
Informa-se a requerente, que ao abrigo do nº 6, do artigo 6º da referida legislação, "*não é permitido efetuar na área correspondente ao prédio originário novo destaque por um prazo de 10 anos contados da data do destaque anterior*". ----------
Face ao exposto, após a entrega a 11/12/2025 de todos os elementos solicitados e com base na informação do Arquiteto Carlos Gomes nada há a opor ao deferimento do presente processo, propondo que o presente parecer seja sujeito a apreciação e votação na presente reunião do Órgão Executivo. ----------

O Chefe de Divisão Técnica Municipal, Eng.º Paulo Santos, usou da palavra referindo que o assunto em apreciação se trata de um pedido de destaque, em espaço urbano, com uma área de quase dez mil metros quadrados, pretendendo a requerente destacar uma área de quase dois mil metros quadrados, não havendo nada a opor ao deferimento do presente processo. ----------

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. ----------

3-PROPOSTA DE ATA EM MINUTA, PARA APROVAÇÃO ----------

O Senhor Presidente, após leitura da minuta da ata, propôs a sua aprovação. ----------

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade. ----------

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A munícipe Maria do Céu Cabral usou da palavra, questionando qual a profundidade legalmente exigida para os furos, uma vez que o seu, executado há cerca de trinta anos, se encontra atualmente sem água, alegadamente devido à abertura de outros furos nas imediações. Em resposta, o Chefe de Divisão Técnica Municipal, Eng.º Paulo Santos, referiu que deverá ser efetuada a análise do registo dos furos existentes, de modo que a APA possa avaliar se os mesmos se encontram em conformidade com a legislação em vigor. ----------
No seguimento da intervenção do Chefe de Divisão Técnica Municipal, Eng.º Paulo Santos, o Senhor Vereador João Gomes questionou se a munícipe Maria do Céu Cabral tinha algum documento de registo do seu poço, pois nesse caso, estaria salvaguardada, sendo que se poderão verificar várias profundidades de poços, tendo apenas de estar em conformidade com a licença previamente emitida. ----------
O Senhor Presidente usou da palavra, sugerindo à munícipe Maria do Céu Cabral que se dirigisse ao Espaço Energia, da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, no sentido de verificar se haveria algum registo do seu poço. ----------
A munícipe Teresa Lopes usou da palavra para dar a conhecer ao Executivo Municipal uma situação que qualificou como crime ambiental, a qual se verifica no caminho velho que tem início junto à sua residência e termina na estrada da rotunda do antigo matadouro, em direção ao Ramirão, local onde existe um cruzamento de caminhos, após o qual se situa a denominada casa das peles do antigo matadouro e a sua parcela de mata, onde terá sido efetuada uma descarga de resíduos de obras. Referiu que procedeu à publicação de fotografias da referida situação nas redes sociais e que contactou o anterior Presidente de Junta, o qual se deslocou ao local para verificar a ocorrência, não tendo, contudo, sido tomada qualquer medida, mantendo-se os resíduos no local, já parcialmente cobertos por silvas e giestas. Neste contexto, questionou se a situação em causa era do conhecimento da Câmara Municipal. Em resposta, o Senhor Vereador Bruno Costa referiu que, sempre que se verifiquem situações que configurem manifestamente um crime ambiental, não se deverá começar pela divulgação nas redes sociais, mas sim contactar de imediato a GNR – Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), a qual se deslocará ao local para proceder à verificação da situação e, subsequentemente, notificará a Câmara Municipal para a adoção das medidas necessárias, nomeadamente a limpeza do local. ----------

O munícipe António Matos dos Santos, usou da palavra solicitando a colocação de uma lomba no Ramirão, por forma a evitar os excessos de velocidade. ----------

A munícipe Ilda Santos Simão usou da palavra, referindo que deveria ser ponderado o aumento da dimensão das lombas existentes junto à igreja, atendendo à velocidade excessiva com que algumas viaturas circulam naquele local, o que considera extremamente perigoso. Acrescentou ainda a existência de um buraco de grandes dimensões na estrada que liga Casal Vasco a Rancosinho, o qual necessita de intervenção urgente. ----------

O Presidente da Junta de Freguesia de Casal Vasco, João Gomes, usou da palavra, referindo que a obra de intervenção no Rossio se encontra prestes a iniciar, estando apenas a aguardar a apresentação de um orçamento para se poder dar início à mesma. Relativamente à situação do caminho do Ramirão, informou que será efetuado o respetivo arranjo, uma vez que se trata de uma intervenção rápida de executar. Acrescentou ainda que as suas prioridades atuais passam pela reparação urgente de um muro existente junto a uma moradia no Ramirão, o qual se encontra em risco de derrocada, podendo representar um perigo significativo, nomeadamente por poder impedir a proprietária de sair da sua habitação, bem como pela requalificação da antiga escola de Casal Vasco, com o objetivo de ali se poderem desenvolver atividades de convívio direcionadas para a população idosa. ----------

O Secretário da Junta de Freguesia de Casal Vasco, munícipe Eduardo Paixão, usou da palavra e, relativamente à requalificação da antiga escola de Casal Vasco, sublinhou que a prioridade deverá incidir na substituição das janelas e na reparação do telhado. ----------

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual, nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, foi lavrada a presente ata, que vai ser lida e assinada nos termos da lei. ----------

O Presidente da Câmara

(Dr. Alexandre Filipe Fernandes Lote)

A Secretária

(Célia Maria Candeias Ferreira)

O Original encontra-se assinado
no Gabinete de Apoio à Presidência